



Bolivianos, em manifestação por acesso ao oceano em 03 Ago 15, em La Paz, Bolívia, seguram cartazes com o texto “O mar voltará para a Bolívia”. A Bolívia perdeu seu território costeiro após ser derrotada pelo Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883). Há décadas, defende que lhe deveria ser concedido acesso soberano ao mar, para exportar seu gás natural. A Bolívia tem, atualmente, um acesso quase gratuito ao oceano, pagando as despesas de transporte, mas nenhuma taxa para exportar cerca de 1,6 milhão de toneladas de carga pelos portos do Chile anualmente, incluindo níquel, chumbo, prata e zinco oriundos das minas bolivianas. (Foto de David Mercado, Reuters)

# Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia

Cristián Faundes

**C**onsiderando o acelerado crescimento econômico da Bolívia ao longo da última década, assim como a crescente sofisticação de seu processo

de formulação da política de defesa, parece oportuno realizar uma avaliação, de um ponto de vista estratégico, de seus recursos militares disponíveis e atual

doutrina, no que tange à consecução dos futuros objetivos de sua política nacional. Esta análise é oportuna, considerando a demanda cada vez mais veemente da Bolívia por uma saída soberana para o Oceano Pacífico como objetivo nacional permanente. Uma das políticas em questão reflete o interesse da Bolívia em expandir seu território mediante a reivindicação de trechos da Costa do Pacífico que havia cedido ao Chile em uma guerra passada e que hoje fazem parte do território soberano chileno. Na condução desta análise, será utilizada a fórmula de *finis, modos e medios* para sintetizar o conceito de estratégia que predomina no hemisfério.

A Bolívia de Evo Morales alcançou, recentemente, um grau de estabilidade política e crescimento econômico sem paralelo em sua história. Esse progresso anda de mãos dadas com o surgimento de uma nova elite, que assumiu o poder político em 2006 com a firme vontade e determinação de transformar o país, consolidando, pela primeira vez, 36 etnias, em uma tentativa de estabelecer um autêntico Estado Plurinacional<sup>1</sup>. Para isso, estão sendo assentadas novas bases políticas, que, por sua vez, geram um novo modelo institucional de governança. Com a reeleição de Morales no final de 2014 e a tomada de posse de seu terceiro mandato em janeiro de 2015, prevê-se que esses tipos de política que visam a consolidar um Estado Plurinacional prossigam por mais cinco anos<sup>2</sup>.

Considerando esses fatos, parece prudente conduzir uma avaliação da política de defesa da Bolívia com respeito aos seus vizinhos geográficos de um ponto de vista estratégico, segundo o modelo elaborado por Arthur Lykke, que se baseia na fórmula de *finis, modos e medios*<sup>3</sup>. Essa avaliação é especialmente relevante em virtude do recente ressurgimento da reivindicação boliviana de que o país tem o direito moral e legal de recuperar o território cedido ao

Chile após uma guerra travada há mais de um século. A área faz parte do Chile atualmente, mas a Bolívia exige acesso soberano ao Oceano Pacífico e requer que o local seja útil para o estabelecimento de um porto.

A reafirmação dessa demanda territorial foi institucionalizada como um importante objetivo estratégico boliviano, como está evidente em documentos essenciais de nível estratégico da Bolívia, como os relacionados a seguir: *Plan Nacional de Desarrollo* ["Plano Nacional de Desenvolvimento"] (2007); *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia* ["Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia"] (2009); e *Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia* ["Bases para a Discussão da Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia"] (2010). Uma descrição clara dessa política consta do *Plan Nacional de Desarrollo*,

conforme segue:

A Bolívia declarou que sua reintegração marítima à Costa do Pacífico é um objetivo permanente de sua política externa, com base em direitos históricos e jurídicos. Essa reintegração se justifica por imperativos comerciais, econômicos e políticos, assim como pelo acesso à exploração de recursos marinhos<sup>4</sup>.

O objetivo estratégico nacional de recuperar o território cedido anteriormente e obter um corredor soberano até o Oceano Pacífico também está evidente na reestruturação da burocracia administrativa do governo, que estabeleceu, sob a diretriz do Ministério de Relações Exteriores, o *Consejo de Reivindicación Marítima*

e a *Dirección Estratégica de Reivindicación Marítima* (ambos criados em abril de 2011), e na publicação de *El Libro del Mar* (2014)<sup>5</sup>.



Um selo de 2012 emitido pelo governo boliviano com um mapa que mostra o antigo acesso da Bolívia ao mar. Na parte superior do selo, aparece a frase: "A costa boliviana tomada pelo Chile em 1879". Na parte inferior, há o seguinte texto: "A Bolívia reivindica seu acesso ao mar". (Foto cedida por Cristián Faundes)

Outros fatores que reforçam a necessidade de monitorar as medidas tomadas pela Bolívia na busca desse objetivo são as mudanças internas que vêm ocorrendo no país, conforme descritas a seguir:

- ◆ O rápido crescimento de seu produto interno bruto (PIB), que, em 15 anos, aumentou em 360%, alcançando US\$ 30,6 bilhões em 2013, o que permite iniciativas mais agressivas<sup>6</sup>.
- ◆ O rápido crescimento de seu orçamento de defesa ao longo de um período de seis anos, entre 2008 e 2014, que quase dobrou, com um aumento de 93%<sup>7</sup>.
- ◆ O posicionamento da Bolívia como quinto maior comprador de sistemas de armas da China, alcançando US\$ 289 milhões, logo atrás do Paquistão e de Bangladesh<sup>8</sup>.
- ◆ Avanços na política de defesa nacional com base no *Libro Blanco de la Defensa*, publicado em 2004<sup>9</sup>.

Com base no que foi apresentado até agora, e seguindo a fórmula e as definições de Lykke, será conduzida uma avaliação das principais diretrizes da política de defesa boliviana conforme segue: os *fins* constituem os objetivos; os *modos* consistem nos conceitos estabelecidos para alcançar tais objetivos; e os *meios* são os recursos em que esses conceitos se apoiam. Nesse sentido, também incorporamos a perspectiva relevante de H. Richard Yarger, outro renomado estudioso militar, que observa que uma estratégia válida deve incluir uma avaliação equilibrada de fins, modos e meios; caso contrário, o êxito da estratégia estaria em risco<sup>10</sup>.

## Fins

A Constituição da Bolívia amplia a missão básica tradicional das Forças Armadas, de modo a abarcar aspectos internos relacionados ao desenvolvimento social e econômico e à estabilidade política. Estabelece como sua missão fundamental “defender e conservar a independência, segurança e estabilidade do Estado, sua honra e a soberania do país; assegurar o domínio da Constituição, garantir a estabilidade do Governo legalmente constituído e participar do desenvolvimento integral do país”<sup>11</sup>. Embora reafirme essas missões das Forças Armadas, o *Plan Nacional de Desarrollo* vai além, incumbindo o setor de defesa de apoiar a inclusão socioeconômica e de lutar contra a pobreza<sup>12</sup>. Em consequência, o documento

*Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia* determina quatro objetivos de segurança e defesa:

- ◆ *Segurança e defesa integral*. Garantir a soberania e independência da nação; proteger o território e sua população; e defender seus recursos naturais estratégicos contra ameaças internas e externas.
- ◆ *Participação no desenvolvimento integral da nação*. Aumentar a participação do setor de defesa no desenvolvimento integral do país para melhorar a qualidade de vida dos bolivianos.
- ◆ *Integração e paz*. Promover a integração e a paz regional e mundial no setor de Defesa.
- ◆ *Defesa civil*. Desenvolver uma infraestrutura excelente e versátil nesse âmbito<sup>13</sup>.

Nesse sentido, é digno de nota que o *Libro Blanco de Defensa* da Bolívia promova a reivindicação de acesso soberano ao Pacífico, designando-o como um objetivo nacional permanente<sup>14</sup>. Em consequência, incorpora, entre os fins do setor de defesa, “vencer as resistências opostas à consecução dos objetivos nacionais”<sup>15</sup>. O documento, mostra, abertamente, que a política de defesa boliviana se apoia nessas aspirações, afirmando, em particular, o compromisso de “manter inalterável nosso firme desejo de retorno ao Pacífico com soberania”<sup>16</sup>.

Todos os aspectos citados anteriormente denotam uma política voltada a expandir as fronteiras do país usando os meios que forem necessários. Isso é reforçado no documento *Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia*, em que os objetivos do Estado incluem o de “promover a reivindicação marítima com soberania” como vital para o desenvolvimento do país<sup>17</sup>. O Presidente Evo Morales se referiu a esse objetivo de um modo direto e explícito em um discurso proferido diante da Assembleia Legislativa em 22 Jan 11: “[A região de] Atacama antes era da Bolívia. É verdade. Esperamos recuperá-la logo”<sup>18</sup>. Cabe destacar que Atacama, nome do território em questão, é uma das 15 regiões político-administrativas do Chile (a terceira, especificamente), contando com uma superfície de 75.176 km<sup>2</sup> (equivalente ao território do Panamá).

## Modos

A política de defesa boliviana incorpora as Forças Armadas em tarefas de segurança interna e externa, o que, na prática, consiste em um enfoque das Forças



Integrantes da Polícia da Marinha da Bolívia marcham durante desfile militar em Cochabamba, Bolívia, 07 Ago 08. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

militares como um suporte ao desenvolvimento interno, segurança pública e combate ao narcotráfico e ao contrabando. Nesse contexto, a presidência de Morales expressa a vontade de formular uma política de defesa “com o objetivo de restabelecer e fortalecer as capacidades institucionais”<sup>19</sup>. Desenvolve, então, um série de planos e programas voltados a equipar e modernizar as Forças Armadas; estabelecer controle do território; apoiar o desenvolvimento social e econômico, incluindo a inclusão socioeconômica e a luta contra a pobreza; realizar campanhas de saúde e educação com a participação de militares; prestar apoio à população civil no caso de emergências e desastres; apoiar o desenvolvimento de fronteiras; e apoiar a proteção ambiental e do patrimônio cultural em áreas protegidas<sup>20</sup>. Além disso, em 2010, foi criada uma série de iniciativas, incluindo, entre outras, as de otimizar a estrutura operacional conjunta e o desdobramento estratégico das Forças Armadas; fomentar a cultura de respeito aos direitos humanos; constituir as Forças Armadas como protetoras da democracia e da institucionalidade do Estado; reforçar o sistema de defesa civil do Estado; fortalecer

os projetos do setor de defesa em apoio aos empreendimentos produtivos do Estado; e melhorar a integração militar regional para fins de segurança e defesa<sup>21</sup>.

De uma ótica militar, a Bolívia não parece contemplar, atualmente, um cenário de curto prazo que envolva iniciar uma agressão militar fora de suas fronteiras, embora identifique uma situação potencial de agressão convencional contra o país, com base na qual adota um modelo de defesa militar incomum de corresponsabilidade civil-militar<sup>22</sup>. Essa concepção bidimensional consiste nos seguintes elementos:

- ◆ O uso da Força militar convencional sob o emprego conjunto de unidades versáteis;
- ◆ No caso de um cenário de agressão com poder de fogo superior, a força militar convencional será modificada e instruída a evitar o combate direto a fim de obter maior liberdade de manobra de forma não convencional, em um esquema de luta irregular, adotando a chamada “Doutrina de Republicuetas,” que incorpora o cidadão como defensor do Estado<sup>23</sup>.

Em outras palavras, a Bolívia — ciente de que é um país pobre, que teria dificuldade em apoiar ou manter



um confronto convencional — parece estar contemplando um cenário de insurgência contra adversários potenciais. Um resultado é o interessante trabalho que está sendo feito para fortalecer as Forças Especiais bolivianas, que se especializam na guerra não convencional.

O rumo desses acontecimentos deve ser avaliado e monitorado tendo em vista a política declarada de reivindicação marítima, que tem lugar de destaque na concepção de defesa, sendo curiosamente expressa em relação ao ambiente de desenvolvimento nacional: “ao constituir-se a Reivindicação Marítima em uma

aspiração vital para o desenvolvimento da Bolívia, o Estado vê a imperiosa necessidade de extremar os esforços diplomáticos necessários que viabilizem o uso dos oceanos e mares do mundo, com o fim de obter o desenvolvimento econômico e de usufruir os benefícios que as atividades relacionadas geram”<sup>24</sup>.

## Meios

Com respeito à avaliação dos meios disponíveis para a consecução dos objetivos estratégicos, cabe ressaltar que o crescimento acelerado do orçamento de defesa



da Bolívia está diretamente relacionado ao aumento do PIB. Portanto, atualmente, as melhoras no setor de defesa podem ocorrer sem um efeito perceptível sobre as verbas para outros projetos relacionados ao desenvolvimento do país. De fato, o orçamento de defesa se manteve entre 1,5% e 1,7% do PIB do país entre 2008 e 2014. Nesse sentido, pode-se concluir que, sem uma percepção de ameaça incomum na Bolívia, essa taxa deve manter-se estável no curto e médio prazo. Ampliando a perspectiva, se considerarmos que a meta do governo é alcançar um PIB de US\$ 100 bilhões em

As Forças Armadas bolivianas receberam, formalmente, 31 viaturas blindadas da República Popular da China, como parte de um acordo de apoio militar, durante cerimônia realizada em La Paz, Bolívia, 29 Jul 16. (Foto de Daniel Espinoza, Agencia Boliviana de Información)

2020, então é possível projetar um orçamento de defesa de US\$ 1,5 bilhão<sup>25</sup>. Considerando que o orçamento de defesa da Bolívia em 2014 foi de US\$ 490 milhões, podemos projetar, ao analisar o crescimento do PIB, que a Bolívia poderia triplicar seu orçamento de defesa nos próximos cinco anos<sup>26</sup>.

Quanto à destinação das crescentes verbas à disposição do setor de defesa, o foco está em melhorar as condições das tropas, quartéis e salários. Os projetos de investimento têm como objetivo melhorar as condições de habitabilidade das tropas e investir nas unidades militares de fronteira<sup>27</sup>. Segundo o que indica o Ministro da Presidência da Bolívia, Ramón Quintana Taborga, 80% do orçamento das Forças Armadas se destina ao pagamento de soldados<sup>28</sup>. O aumento dos salários tem como objetivo reduzir a desigualdade nas fileiras. Por exemplo, em 2009, houve um aumento salarial de 26% para os militares de baixa graduação e, em 2012, um ajuste de 8% para os sargentos.

Apesar das melhorias, conforme mencionado anteriormente, a Bolívia não tem a capacidade em materiais bélicos para conduzir operações convencionais prolongadas, incluindo sistemas de radar capazes e aeronaves efetivas de interceptação e de defesa aérea.

Os meios que o país possui são de segunda linha, em comparação com as capacidades dos países vizinhos. Em consequência, as Forças Armadas da Bolívia são, atualmente, incapazes de sustentar operações ofensivas convencionais, de combate noturno ou até mesmo de manobra contra adversários com mais recursos financeiros e mais capazes tecnologicamente<sup>29</sup>. Agravando a falta de capacidade tecnológica e de material bélico, em virtude da relativa fraqueza da base industrial do setor de defesa, cujo foco tem sido, primordialmente, em apoiar o desenvolvimento (com exceção dos estaleiros da Marinha), a Bolívia depende fortemente da importação de peças de reposição, munições e outros materiais bélicos em geral.

A falta de capacidade convencional decorre, em parte, de uma ênfase em decisões sobre aquisição de materiais que visam a apoiar o desenvolvimento de

capacidades de duplo emprego, que possam ser aplicadas tanto à guerra não convencional quanto às necessidades de segurança pública interna, incluindo as necessárias para apoiar a luta contra o narcotráfico e o contrabando, situações de emergência e resgate, operações contra crimes fronteiriços e o patrulhamento de regiões com problemas de segurança<sup>30</sup>. Essas iniciativas com dupla finalidade são úteis para fortalecer as capacidades de guerra não convencional

das Forças Especiais, as quais, cabe observar, são um método tradicional que os países subdesenvolvidos preferem para conduzir guerras e que tiveram, por vezes, grande êxito na consecução de objetivos.

## Considerações Finais

A política de defesa da Bolívia descreve, explicitamente, vários objetivos, que ampliam a concepção tradicional das Forças Armadas, atribuindo-lhes tarefas que apoiam a segurança interna, a estabilidade

política, o desenvolvimento econômico e social e a defesa civil. Essas tarefas respondem, em última análise, às necessidades urgentes de um dos países mais pobres da América Latina, mas também ampliam, de maneira significativa, a esfera de ação da Força Militar, basicamente pondo à prova suas capacidades logísticas e organizacionais.

Em consequência, a política de defesa se estrutura a partir de diversos conceitos, que parecem obscurecer a noção de um esforço puramente militar e ampliar o foco sobre o que é, em essência, um dos problemas básicos da nação, o desenvolvimento do país em termos gerais. Nesse sentido, por mais que exista uma correlação entre fins e modos, observa-se um desequilíbrio, segundo os termos de Yarger, entre a essência das Forças Armadas e a utilidade dos meios militares, que dependem de sua capacidade de serem aplicados



O Presidente da China, Xi Jinping, dá as boas-vindas ao Presidente boliviano Evo Morales durante cerimônia realizada em 19 Dez 13, antes de reunião no Grande Salão do Povo, em Beijing, na China. (Foto cedida pelo Ministério do Governo da Bolívia)

para proporcionar uma contribuição militar eficiente e eficaz em atividades normalmente consideradas inerentes ao segmento civil da sociedade.

De uma outra perspectiva, entende-se que as condições atuais de desenvolvimento do país o impedem de desenvolver uma capacidade de projeção de força. Portanto, o país emprega seus recursos militares para favorecer o desenvolvimento interno. Entretanto, enquanto sua aspiração marítima por um acesso livre, útil e soberano ao Oceano Pacífico através do território chileno persistir, o setor de defesa da Bolívia terá de adaptar suas políticas para gerar conceitos que lhe permitam alcançar tal objetivo e, por uma questão de política, desenvolver os meios necessários

para materializá-la. Essa possibilidade de ajuste decorre do fato de que o país está crescendo como nunca, o que permite projetar um aumento de 300% no orçamento de defesa nos próximos cinco anos.

Por fim, como observado anteriormente, o principal fornecedor de armas à Bolívia é a República Popular da China. Em consequência, é plausível que o rumo da política boliviana com respeito ao restabelecimento de controle sobre a região de Atacama atraia uma dimensão mais ameaçadora à questão, que deveria ser de preocupação especial para o hemisfério em geral: o fortalecimento de seu relacionamento com seu aliado ideológico e estratégico, a República Popular da China. ■

*Cristián Faundes é pesquisador do Centro de Estudios Estratégicos, Academia de Guerra del Ejército de Chile. É mestre em Segurança e Defesa, especializado em Política de Defesa, pela Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos (Chile), e em Ciências Militares, especializado em Conflito e Negociação Internacional, pela Academia de Guerra del Ejército (Chile). Concluiu o Curso Avançado de Segurança e Defesa Hemisférica pelo Inter-American Defense College, da Organização de Estados Americanos, em Washington D.C. Participou, ainda, de cursos de especialização no William Perry Center for Hemispheric Defense Studies e Eisenhower School for National Security and Resource Strategy, National Defense University, Washington D.C.*

## Referências

1. Centro de Estudios Estratégicos de la Academia de Guerra (CEEAG), "Relaciones Chile-Bolivia Implicancias para la Defensa", ciclo de conferencias ofrecidas pelo CEEAG ao Exército chileno. Setembro-Novembro, 2014.
2. Em 2015, o Presidente boliviano Evo Morales convocou um novo plebiscito para pedir ao povo boliviano, uma segunda vez, que fosse aprovada uma emenda à Constituição que lhe permitisse servir por um quarto mandato presidencial consecutivo (de 2020 a 2024). Os cidadãos votaram contra a modificação em um plebiscito realizado em fevereiro de 2016.
3. Arthur F. Lykke Jr., "Toward an Understanding of Military Strategy", eds. Joseph R. Cerami e James F. Holcomb, *U.S. Army War College Guide to Strategy* (Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2001), p. 179–85, acesso em 6 jul. 2016, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ssi/00354.pdf>.
4. Supreme Decree 29272, *Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien: Lineamientos Estratégicos (2006-2011)*, Ministry of Development Planning, 12 September 2007, (La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2012) acesso em 28 jul. 2014, [http://www.sns.gob.bo/planificacion/documentos/5\\_PND%20VERSION%20OFICIAL.pdf](http://www.sns.gob.bo/planificacion/documentos/5_PND%20VERSION%20OFICIAL.pdf).
5. Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia, *El Libro del Mar*, 2nd ed. (La Paz: Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia, 2014), acesso em 7 jul. 2016, <http://embajadadebolivia.it/sites/default/files/archive/LIBRO%20DEL%20MAR-BOLIVIA-EDICION%20BILINGUE%202014.pdf>.
6. World Bank, "World DataBank", World Bank Group website, acesso em 6 jul. 2016, <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>.
7. Marcela Donadio e María de la Paz Tibiletti, *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y el Caribe* (Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina [Latin American Security and Defence Network, or RESDAL]), 2014), p. 142.
8. "La Industria Militar China Está Atestando Golpes a Occidente", RT TV-Novosti, 25 October 2013, acesso em 6 jul. 2016, <http://actualidad.rt.com/actualidad/view/109419-china-industria-armas-mundial>.
9. Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, *Libro Blanco de Defensa de Bolivia* (La Paz: Instituto Geográfico Militar, 2004), acesso em 6 jul. 2016, <http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Bolivia%20-%202004.pdf>.
10. H. Richard Yarger, "Towards a Theory of Strategy: Art Lykke and the Army War College Strategy Model", n.d., acesso em 7 jul. 2016, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/army-usawc/stratpap.htm>.
11. Estado Plurinacional de Bolivia, *Constitución Política del Estado* (La Paz: Gaceta Oficial de Bolivia, 2009), p. 244.



12. Ministry of Development Planning, Supreme Decree 29272, p. 91.
13. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia* (La Paz: Ministerio de Defensa, 2010), acesso em 7 jul. 2016, [http://www.ceedcds.org.ar/Srd-LibBL/BOL/BASES\\_DISC\\_POL\\_DOCTRINA\\_DEF.pdf](http://www.ceedcds.org.ar/Srd-LibBL/BOL/BASES_DISC_POL_DOCTRINA_DEF.pdf).
14. Ministerio de Defensa, *Libro Blanco*, p. 21.
15. *Ibid.*, p. 36.
16. *Ibid.*, p. 42.
17. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Discusión de la Doctrina*, p. 26.
18. C. Vergara e I. Toro, "Gobierno Boliviano Aclara Que Dichos de Morales Sobre Atacama Fueron 'Una Broma'", *La Tercera*, 23 January 2011.
19. Ministry of Development Planning, Supreme Decree 29272, p. 86.
20. *Ibid.*, p. 88–92.
21. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Discusión de la Doctrina*, p. 40–46.
22. Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, *Libro Blanco*, p. 45.
23. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Discusión de la Doctrina*, p. 34.
24. *Ibid.*, p. 45.
25. Declaração do Vice-Presidente boliviano, Álvaro García Linera, apud Alejandro Tapia, "Los Desafíos Que Tendrá Evo Morales en Su Tercer Mandato", *La Tercera*, 19 jan. 2015.
26. Donadio e Tibiletti, p. 142.
27. *Ibid.*, p. 141.
28. "Sargentos y Suboficiales Bolivianos Convocaron a Una Nueva Marcha", *Télam* website, 28 April 2014, acesso em 7 jul. 2016, <http://www.telam.com.ar/notas/201404/61052-bolivia-conflicto-fuerzas-armadas.html>.
29. Carl Marowski, "La Seguridad y la Defensa en Bolivia", Discussion Paper No. 35, Strategic Studies Center, Chilean Army War College.
30. René Quenallata, "Bolivia Expone al Mundo Vulnerabilidad de Su Defensa Militar" *Opinión* website, 28 July 2013, acesso em 7 jul. 2016, <http://www.opinion.com.bo/opinion/articulos/2013/0728/noticias.php?id=101669>. A renovação da frota de viaturas militares da Bolívia desde 2006 é algo digno de nota: 148 caminhões, 42 ônibus, 142 vans, 40 viaturas e motocicletas QT; a aquisição de 9 aeronaves *Diamond* e 6 caças, 6 helicópteros *Robinson R-44*, 2 *AS350* e 2 *EC145 Eurocopters*; e uma frota de aeronaves de transporte de pessoal.

## Condolências pelo Acidente Aéreo com Time Brasileiro de Futebol

**N**a madrugada do dia 29 de novembro de 2016, um trágico acidente aéreo vitimou a quase totalidade dos integrantes do time de futebol brasileiro da ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL. A aeronave que transportava os jogadores e a comissão técnica da equipe esportiva, além de jornalistas que acompanhavam o time, caiu em uma região de florestas, próxima à cidade de MEDELLÍN, COLÔMBIA, matando 75 pessoas, dos 81 passageiros a bordo, e deixando os 06 sobreviventes com sérios ferimentos e grave risco de morte.

A catástrofe comoveu toda a população brasileira, sendo considerada a maior tragédia da história do futebol nacional. Além da irreparável perda de pessoas amadas pelas famílias e admiradas pelos torcedores do esporte-símbolo do Brasil, a queda do avião representou o fim de um sonho acalentado por toda uma cidade que via naquele grupo o exemplo de um Brasil vencedor.

O time da "Chapecoense" vinha traçando uma rota vitoriosa no Futebol, há seis anos, quando conseguiu

sair da quarta divisão do Campeonato Nacional, entrando na divisão de elite, e chegar à disputa de uma final de uma competição internacional, a Copa Sul-Americana. Essa trajetória era uma verdadeira inspiração para os habitantes de uma cidade do sul do BRASIL (CHAPECÓ, PARANÁ), que acompanhavam todos os passos da equipe.

A revista *MILITARY REVIEW* possui uma importante ligação com a sociedade brasileira, estabelecida e fortalecida durante os mais de 50 anos que edita e distribui a edição especial, na língua portuguesa, para leitores brasileiros, compartilhando assuntos militares de interesse mútuo para o segmento militar brasileiro e norte-americano. Neste momento de dor e sofrimento, a equipe da *MILITARY REVIEW* apresenta sua solidariedade e suas condolências a todos os torcedores da equipe vitimada, todos os moradores da cidade de CHAPECÓ-PR e todos os brasileiros, desejando que o exemplo de dedicação profissional passado por aqueles inesquecíveis dirigentes e atletas da Chapecoense não seja jamais esquecido e continue a inspirar atitudes positivas em todo o povo brasileiro.